



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
O Trabalho no Espelho do Capital			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Ivan Dias Martins	Programa de Pós-graduação em Filosofia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro	PPGFIL – UERJ	Mestrando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O conceito de trabalho, de longa discussão dentro da tradição do marxismo, tem estado recentemente em foco renovado em função do debate sobre as transformações do processo produtivo em curso desde a década de 1970. No Brasil, este debate fomentou em muitos pesquisadores, em meio à polêmica sobre o fim da centralidade do trabalho, interesse em formulações filosóficas que afirmassem um papel ontológico, irreduzível, ao trabalho, principalmente através da obra tardia de G. Lukács. Dentro desse contexto, em que problemas filosóficos assumem parte importante nas análises sobre a contemporaneidade, esta comunicação pretende discutir a perspectiva expositiva em que Marx analisa o conceito de trabalho. Em O Capital a categoria “trabalho” aparece como pressuposto da mercadoria e do valor nos primeiros capítulos do Livro I, mas só vai ser propriamente apresentada no quinto, na seção dedicada à produção de mais-valia absoluta. Dessa forma, posto sob certo enquadramento dentro da lógica expositiva do livro, também no plano do conteúdo o trabalho é apresentado a partir da posição em que é colocado no processo produtivo: o consumo da força de trabalho pelo capitalista. É dentro desse enquadramento que são analisadas propriedades universais do trabalho, que se tornam visíveis, textualmente, no momento em que são aplicadas ao processo capitalista. A comunicação pretende interpretar a relação deste momento da exposição de O Capital com a relação em que o trabalho contemporâneo está submetido, e destes com o conceito de trabalho em suas propriedades universais.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Trabalho – Historicidade – Abstração			
ABSTRACT			
<p>The concept of labour which is part of a long debate within Marxist theory, has been object of a renewed interest due to the debate about the shifts on the productive process ongoing since the seventies. In Brazil, this issue has stimulated in many scholars an interest on philosophical statements that would affirm an irreducible ontological role to labour, mainly through the late work of G. Lukács. Within this context, in which philosophical problems take an important part of the analyses about contemporaneity, it is this communication's intent to discuss Marx's perspective in which he exposes and analysis the concept of labour. In Marx's Capital, the category “labour” appears presupposed to the commodity and to value in the firsts chapters of book one, but it will only be properly presented at the fifth chapter, at the section dedicated to the production of the absolute plus-value. Thus, placed under a certain framing within the expositive logic of the book, the concept is presented by the position it occupies within the productive process: consume of labour power by the capitalist. It is within this frame that the universal properties of labour are analyzed, that they become textually visible: at the very moment that they are applied to the capitalist process. It is this communication's intent to interpret the relation of this moment in The Capital with the conditions in which contemporary labor is submitted, as well as the relations of those with the concept of labour in its universal qualities.</p>			
KEYWORDS			
Labour – Historicity – Abstraction			

Se devemos tratar do conceito de trabalho em Marx, convém começar por este célebre parágrafo:

“O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer

necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e Natureza, condição natural eterna da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.”¹

Na história das filosofias de inspiração marxista, a sua interpretação serviu por vezes de pedra angular de ontologias completas. De fato, ele parece assinalar um princípio movente da vida social que antecede logicamente qualquer forma histórica, e que, portanto, frente a qualquer uma, representa um ponto de estabilidade, uma base comum. Se podemos encontrar em cada formação social este mesmo fundo dinâmico, então é bastante razoável que, ao investigar tais formações, tenhamos em mente antes e privilegiadamente este fundamento. Que método de investigação seria mais correto que partir daquilo que é comum, universal, e então proceder até as particularidades de cada atribulada época histórica? Marx dirá, neste mesmo capítulo, poucas páginas antes:

“A mesma importância que a estrutura dos ossos fósseis tem para o conhecimento da organização de espécies de animais desaparecidas, os restos dos meios de trabalho têm para a apreciação das formações sócio-econômicas desaparecidas. Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas.”²

Portanto, são os elementos particulares, históricos dos processos de trabalho, com seus restos fósseis, que delimitam a particularidade de cada modo de produção, esse “como se faz” que se investiga na peculiaridade dos processos históricos de trabalho. Com efeito, seria difícil não reconhecer nesta apresentação do trabalho o eco de um conceito mais antigo, com o qual Marx pretendeu suprir a história de uma estrutura interna: o conceito de produção material. Embora diferenças não desprezíveis entre os dois existam, principalmente em relação à estruturação interna da produção material em torno de uma contradição fundante, ausente dos caracteres simples do processo de trabalho, ambos forneceriam, sem se excluírem mutuamente, um fundamento prático, que serve, assim, como ponto de partida que vai das causas aos efeitos.

Convém, porém, perguntarmo-nos sob qual movimento este trabalho eternamente idêntico a si mesmo emerge. Para isto, devemos voltar o olhar para perceber o momento do trabalho na

1 MARX, K. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1984, Volume I, p. 153.

2 Idem, p. 151.

apresentação do conceito de capital, e de que maneira, por esse desenvolvimento, o próprio trabalho se conceitua.

Pode-se, de fato, dizer que em linhas gerais o trabalho é encontrado, n' *O Capital*, ao se passar do reino da aparência, e, portanto, na porta de entrada daquilo que é substancial na vida econômica. Mas esta passagem à produção não se dá como um desembaraçar-se das categorias da aparência, mas, antes, ocorre sob uma relação determinada que se origina da circulação e deve completar seu processo na produção. O trabalho, portanto, não aparece por si próprio como categoria fundante. Sua entrada em cena é realizada como momento de uma outra categoria, como momento do consumo de uma mercadoria *sui generis*: a força de trabalho.

*“A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela.”*³

Portanto, o trabalho é considerado por Marx primeiramente como uma modificação de um produto, modificação realizada pelo comprador dessa mercadoria, o capitalista. Esta modificação corresponde a tornar ativa aquela disposição ao trabalho que foi vendida pelo trabalhador no mercado. Portanto, fazer trabalhar, ativar a atividade de produzir valores de uso, representada como potência na força de trabalho. Mas *qual* atividade deve ser ativada? Por um lado, o trabalhador só tem a oferecer aquilo que ele tem, isto é, sua existência particular no que ela pode ser exteriorizada, portanto na forma de uma determinada quantidade de forças físicas e espirituais que só podem ser aproveitadas se consumidas, extraídas por uma atividade qualquer que as utilize. E é isto, somente e justamente, que o capitalista quer que o trabalhador realize, na medida de suas forças: que faça o trabalho para o qual é empregado. Por outro lado, o capitalista quer o trabalho somente como produção de meios de satisfação, valores de uso (que, por sua vez, só são desejados como meios de valorizar seu capital), o trabalho é para ele só um meio de empregar tais forças para obter valores de uso vendáveis. No que consiste, portanto, a modificação que é o consumo da força de trabalho? Somente nisto: que, enquanto o trabalhador exterioriza somente as forças determinadas que possui e o capitalista as aproveita num trabalho determinado que visa a um fim útil particular, o trabalhador somente as empregue mediante a sua venda, e o capitalista só possa dispor delas mediante a compra. O consumo da força de trabalho, portanto, é só o momento em que se confirma aquilo que já estava pressuposto no mercado de trabalho: que o trabalho é, agora, para o trabalhador somente uma possibilidade, e que o capital é a condição dessa possibilidade.

Mais uma determinação que resulta desse momento da análise é que, como ainda não foi considerada a subsunção formal ou real do trabalho ao capital, é somente como pressuposto da

3 Idem, p. 149.

mercadoria força de trabalho que aparece o trabalho em si, ou seja, o trabalho abstrato. O trabalho em geral só existe aqui como uma forma social compartilhada por trabalhadores e capitalistas: ao venderem suas forças de trabalho particulares (que podem, dessa maneira, conter os caracteres mais específicos de um determinado modo de trabalhar), todos os trabalhadores, a despeito justamente da especificidade de suas próprias personalidades, comportam-se em relação a si mesmos como capazes de realizar trabalho, e dessa maneira se tornam suportes indiferenciados de forças de trabalho diferenciadas. Da mesma maneira, cada capitalista, a despeito dos requerimentos materiais de seus meios de produção, deve buscar no mercado pessoas que possam ser empregadas. É somente esta forma social compartilhada, isto é, uma mesma lógica que perpassa toda a produção social, que representa, em um primeiro momento, a forma social específica do trabalho no capitalismo.

Que o trabalho apareça como consumo da força de trabalho significa que o trabalho só pode aparecer nesta época mediado. A forma dessa mediação, o comércio, já pressupõe que, para cada trabalhador, sua própria potência produtiva deve aparecer mediada pela sua potência de pôr-se à venda. Ser incapaz de separar-se entre uma personalidade viva que tem um valor e um puro possuidor dessa personalidade resulta na degradação do valor da primeira e, conseqüentemente, no seu próprio desenvolvimento mutilado, constringido. Os trabalhadores, assim, sob pena de ruína, devem introjetar as necessidades do consumo antes de porem-se na venda propriamente dita. Vê-se aqui, portanto, mais uma vez que aquilo que o trabalho, ao surgir como consumo da força de trabalho, realiza é aquilo que já estava pressuposto na sua forma mercantil.

Há, porém, determinações que não dependem da mercantilização do trabalho, ou pelo menos dela surge como propriedades universais do trabalho. Marx dirá:

“Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nele adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio.”⁴

Através do trabalho, portanto, o homem diferencia-se e separa-se da natureza, desenvolvendo, assim, um poder de determinar às formas naturais fins humanos. Este poder se desenvolve tanto

⁴ Idem, ibidem.

objetivamente, com a incorporação às forças sob domínio humano de instrumentos que escapavam ao seu corpo natural, quanto subjetivamente, com a transformação das formas de se relacionar com sua própria atividade, de maneira a superar antigos limites de maneira consciente. Quando nos defrontamos, portanto, com o trabalho puro, de forma nua, nos deparamos com o que parece ser um complexo de potências que constituem algo como o fundamento ou natureza prática da vida humana. Este princípio historicizante, que converte o homem em fruto de sua própria prática, ao modificar sua própria natureza. Essa ideia não é, na realidade, inédita na teoria do próprio Marx. Quando jovem, Marx buscou justamente este fundamento prático, e mais ou menos nos mesmos termos. Algumas diferenças, porém, saltam aos olhos. Primeiro, n' *A Ideologia Alemã*, por exemplo, o trabalho aparecia justamente como a inversão da praticidade da história humana, ao subordinar a prática às necessidades da satisfação das carências. Esta submissão, aliás, que aparta o homem da auto-atividade aparece também nesta análise do trabalho:

*“Realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem que subordinar sua vontade.”*⁵

Porém, aqui não se vê esta submissão senão como parte e modo do desenvolvimento da humanização, sem que possa se desenrolar como tendência alienante no interior do processo. Da mesma maneira, não se vê aqui o que era a tônica do argumento lá: que o trabalho, como necessidade vital que emerge da própria praticidade da existência humana, isto é, como a forma necessária e involuntária da atividade modificadora da natureza, erige-se como uma segunda natureza, aquela que era o objetivo central da revolução abolir.

Além disso, aqui o trabalho é apresentado sem consideração pela relação dos homens entre si. “O trabalho” aparece aqui como atividade de um único “Homem”, o que causaria horror ao jovem Marx. Como podemos interpretar essas diferenças? Seriam elas indicativas de que teria ocorrido a Marx, em algum momento entre a crítica da Ideologia que marcou seu trabalho dos anos 1840 e a crítica da economia política, uma verdadeira virada antropológica? Seria uma interpretação dificilmente defensável, tendo em vista que, se aceitássemos que a análise do trabalho realmente desemboca num argumento antropológico, ainda assim teríamos que reconhecer que esta antropologia em quase nada determina o conceito de capital. Assim, a primeira parte do capítulo cinco representaria, no livro I, uma espécie de interrupção da ordem expositiva, na qual se entreveria algo como uma visão do paraíso perdido.

Não parece ser esse o caso. Nossa interpretação é que o trabalho aparece nesse momento sob uma determinação dupla e contraditória. Por um lado, é o trabalho apreendido somente como valor de

⁵ Idem, p. 150.

uso *sui generis* de uma mercadoria *sui generis*, e, portanto, o trabalho como aparece num determinado momento do processo de constituição do capital. De outro, é o trabalho despidido de qualquer característica social. Essas determinações, apesar de paradoxais, não são auto-excludentes, e antes deriva a segunda da primeira, Sob a forma da mercadoria, o trabalho aparece somente como aquilo que a mercadoria dele apreende, isto é, a capacidade de dar um sentido social a propriedades naturais. Esta capacidade aparece, por sua vez, exatamente desprendida de qualquer forma social concreta, de qualquer modo de produção material realmente existente, e por isso, como potência abstrata de modificar qualquer condição dada. Este caráter puro, abstrato de realização apresentado na forma indiferente da mercadoria força de trabalho, se encontra, porém, com as determinações materiais igualmente gerais do processo de trabalho. Em si não menos abstratas, em relação à pura subjetividade pressuposta na força de trabalho, o processo aparece como as condições determinadas de qualquer realização possível. Aliás, essa determinação do processo de trabalho aparecerá, ao final, como condições do consumo, pelo capitalista, da própria força de trabalho dos seus trabalhadores.

Dessa maneira, o trabalho aparece como imagem invertida da prática, como potência de pôr uma finalidade pela modificação das condições dadas, incapaz, entretanto, de modificar sua própria posição no processo social: “*condição natural eterna da vida humana*”. Representa, também, a relativa indiferença do processo de formação do capital em relação ao conteúdo daquilo que ele processa. Dessa maneira, a imagem do trabalho que tudo modifica sem nunca modificar-se em sua forma equivale à do capital como condição de produção eterna, a-histórica, que, tudo possibilitando, nada realiza de fato: se os instrumentos de pedra de um troglodita são tão capital quanto as ferrovias do capitalista, então no plano material só se sucede a contínua evolução das forças produtivas.

Porém, se está interpretação for válida, estaria o trabalho, como forma histórica concreta, totalmente ausente do plano de exposição do capital? Não, porém é preciso atentar que o sentido histórico concreto do trabalho no capitalismo é a sua abstração, e que, assim, como qualquer outra categoria do mundo social, sua exposição só pode revelar sua historicidade como história da sua abstração. Por outro lado, é na sua abstração que se apresenta a figura universal de uma categoria. Absurdo é, somente, buscar a concretude universal de uma categoria onde ela falta no mundo social efetivo, dominado pela processo capitalista. Buscá-lo num fundo ontológico pressuposto não é mais frutífero do que imaginá-lo num passado originário. Talvez seja mais digno simplesmente projetá-lo no futuro.

De qualquer maneira, se o caráter do trabalho depende de sua abstração, podemos e devemos buscar o processo dessa abstração. Esse processo, no entanto, não é apresentado juntamente com o processo de trabalho na ordem de exposição d'*O Capital*, mas antes, no capítulo IV do Livro I.

Neste capítulo, o que se busca é justamente como pode surgir a mais-valia da troca comercial, o que se estende até o problema de se saber como pode a atividade de formação em geral do valor se encontrar, ela mesma, como uma mercadoria de valor determinado no mercado. Assim:

*As “condições históricas de existência [do capital] de modo algum estão presentes na circulação mercantil e monetária. Ele só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encerra uma história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão uma época da produção social.”*⁶

Nota 41, mesma página:

*“O que, portanto, caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho [a 'corporalidade, a personalidade viva’⁷] assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele [e, portanto, não é ele, não é sua personalidade adequada para seu próprio consumo imediato, mas exige a sua venda – isto é, sua conexão social sob a forma de mercadoria] e que, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, só a partir desse instante se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho.”*⁸

Podemos ver, na relação entre as duas citações, que a mercantilização da força de trabalho é, para o capitalismo, muito mais que uma condição histórica que diferencia a sua época em relação aos demais momentos da história. É, simultaneamente, esta condição de existência que conecta a sociedade capitalista à história em geral, e isso na forma de um processo que implica à história mundial um resultado: o pressuposto decisivo da efetividade do capitalismo, aquele que garante a cada capital a capacidade de fazer brotar de seus atos de compra e venda a sua meta tão necessária quanto improvável: a mais-valia. Este momento do aparecimento da história na argumentação d'*O Capital* acontece de maneira dupla. Primeiramente, como implicação, neste momento só sugerida, de que o surgimento das condições específicas do capitalismo se dá no quadro de eventos que rompem limites técnico-geográficos há muito consolidados como uma segunda natureza da história

6 Idem, p. 141.

7 Idem, p. 139.

8 Idem, p. 141.

européia e fundam uma nova escala para estes, verdadeiramente planetária. Como se sabe, é somente na última seção do Livro I, no capítulo XXIV, que é apresentada de fato esta história.

Mas a história aqui aparece também sob este outro modo, mais abstrato, de apresentar aquilo que é pressuposto como algo que se dá no tempo, como algo que tem que se constituir, “assumir uma forma”. Este modo de suceder em que se adquire uma determinação não é o que se chama, quando partimos da própria coisa determinada, de historicidade? É este o primeiro modo da história a aparecer n'*O Capital*, diretamente da análise das categorias da circulação mercantil, como uma explicitação que desencrava da crua faticidade da categoria o seu vir-a-ser. Portanto, agora que temos em vista a força de trabalho que deve assumir a forma de mercadoria, é como um processo histórico em abstrato que se apresenta essa constituição de um modo de ser. Esta será a forma pura, lógica, do processo histórico capitalista, que se destaca como a necessidade interna do modo de produção. Essa historicidade em si determinada do processo social capitalista será, por sua vez, na sua relação com a história concreta, a forma concreta de apropriação do material histórico. O que quer dizer: em qualquer situação histórica em que o capitalismo se dê, inclusive na sua reprodução, há sempre um processo em que a força de trabalho se constitui para o trabalhador como algo que lhe pertence e que, ao mesmo tempo, dela só pode usufruir pela sua venda.

Se prestarmos atenção novamente aos trechos citados, a primeira frase daquele parágrafo (que as “*condições históricas de existência [do capital] de modo algum estão presentes na circulação mercantil e monetária*”) poderia parecer indicar que a circulação de força de trabalho é apartada da circulação das demais mercadorias e do dinheiro. A última frase da nota 41 mostra o contrário: “*só a partir desse instante [da mercantilização da força de trabalho] se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho.*” Temos, portanto, que a constituição de um mercado de trabalho assegura a constituição de um mercado em geral e do mercado monetário. Se as formas mercadoria e dinheiro devem ser vistas em seu movimento de surgimento, e não como meros padrões ou funções de uma dada configuração social (isto é, como partes íntegras de um sistema que não dá índice de seu aparecimento), então a conversão da força de trabalho em mercadoria representa a superação por parte dessas formas de seu principal limite, a própria circulação, ao absorverem no seu circuito o principal, mais abstrato fator ou condição da produção, e assim permearem a esfera da produção propriamente dita com seu próprio movimento. Dessa maneira, embora o movimento de mercantilização geral possa anteceder o da mercantilização da força de trabalho, e, portanto, o preveja, é esta segunda que se converte em momento realizador do processo geral, em generalizador da mercantilização. Tal processo, entretanto, não requer ele mesmo a venda generalizada de capacidade de trabalho para completar seu movimento formal. Essa independência

é, no entanto, refletida, invertida, num plano mais complexo: ao invés de fluir pelos circuitos comerciais, o dinheiro se entesoura, ou forma capital improdutivo, parasitário.

O que mais importa, porém, é a implicação da venda (generalizada) de força de trabalho. Ela pressupõe a circulação geral de mercadorias (uma vez que consiste na troca da capacidade de trabalho pelas condições de subsistência dessa capacidade), mas vimos que esta não é, de maneira alguma, condição suficiente para a formação de um mercado de trabalho. O que a venda de força de trabalho pressupõe fundamentalmente, portanto, é uma pré-ordenação social que ultrapassa a forma particular na qual está organizada a produção social, de maneira que o que está disposto é justamente a distribuição das condições de toda produção possível, na forma de uma cisão entre detentores exclusivos do fator subjetivo, pessoal da produção e detentores igualmente exclusivos de toda propriedade objetiva. Se este é o ponto de partida das relações capitalistas generalizadas, não é um dado, entretanto, natural. A cisão é, também, de fato não somente um dado, mas outro movimento que se realiza no tempo e não cessa de se realizar, convertendo condições subjetivas (isto é, integradas ao modo de ser da “personalidade viva” do trabalhador) em objetivas (convertidas, portanto, em meios de consumo desta personalidade, da capacidade de trabalho, seja como meios de subsistência, seja como meios de trabalho, objetos do consumo produtivo), e, com tal conversão, mudando-as de mão, do produtor direto para o capitalista. Essa cisão tem assim uma história, cuja escala deve ser, *progressivamente*, aquilo que cada uma dessas relações tenta ser imediatamente: universal.

No entanto, para que possam servir de ponto de partida para relações propriamente capitalistas, devem estar dispostas num campo social homogêneo as condições de produção mais genéricas possíveis, de maneira que dessas se possa extrair uma só riqueza abstraída de qualquer particularidade. Este campo, portanto, deve aparecer a cada momento como uma sociedade universal plenamente presente, dada, e, portanto, como história mundial consumada. O produto dessa história, entretanto, não é mais que a conexão potencial de todos os homens e a metabolismo de suas atividades como trabalho social total sob a forma prosaica de um espaço de troca universal. Esta grande obra, portanto, tem como grande figura o mercado mundial, nascido na aurora da época capitalista, sob o pano de fundo das navegações intercontinentais.

Portanto, dessa maneira, temos no rastreamento do processo de abstração do trabalho na mercantilização da força de trabalho, e na apresentação desta mesma abstração concluída e consumida no processo de trabalho o duplo enquadramento desta categoria. Este enquadramento, que só se refere ao caráter útil do trabalho – deixando de lado neste momento as problemáticas muito mais complexas do processamento do trabalho como valorização – é crucial para o

entendimento adequado da realidade social do trabalho na experiência capitalista, Se bem conduzida, esta investigação pode resultar também em avanços na compreensão da maneira pela qual o capitalismo realiza a pressuposição das suas condições de existência. É neste sentido que pretendemos contribuir.